



A 8ª Conferência das Partes sobre Diversidade Biológica, evento das Nações Unidas sobre recursos genéticos, foi aberto ontem, em Curitiba, por representantes de diversos povos indígenas. Eles fizeram um ritual de “bênção ao homem branco e de amor à Mãe Terra”.
Página 7

Patrícia cobra medidas para livrar crianças

Em discurso marcado pela indignação, Patrícia Saboya cobrou medidas urgentes para libertar as crianças do tráfico de drogas e da prostituição. Diversos senadores destacaram a importância do documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*, exibido no domingo.
Página 8

Comissão examina hoje emendas ao Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se, às 10h30, para votar quase 3 mil destaques à proposta orçamentária de 2006. O que está em questão é onde serão empregados R\$ 100 milhões ainda sem destinação no texto básico do relator-geral, Carlito Merss.
Página 2

Senadores exigem apuração da quebra ilegal de sigilo do caseiro

Oposição condena episódio envolvendo caseiro que acusou Palocci. Tião Viana pede quebra do sigilo bancário de Nildo, opositoristas fazem o mesmo em relação a Okamoto e a filho de Lula

Diversos senadores da oposição e até da base governista criticaram a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, e cobraram investigações para determinar os culpados pelo crime. O pedido de quebra de sigilo bancário de Nildo formulado ontem por Tião Viana gerou forte reação dos senadores opositoristas. Antonio Carlos Magalhães pediu a quebra do sigilo bancário do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, amigo de Lula, que



O líder do PSDB, Arthur Virgílio (C), discursa em sessão marcada por acirrado debate

feitas pelo motorista Francisco Chagas da Costa, pelo corretor de imóveis Carlos Magalhães e pelo caseiro Nildo.
Páginas 4 e 5

pagou dívida do presidente com o PT. Antero Paes de Barros requereu a mesma providência em relação a Fábio Luiz Lula da Silva, filho de Lula. Alvaro Dias apresentou requerimento para que a CPI dos Bingos investigue os últimos fatos envolvendo a chamada “república de Ribeirão Preto” a partir das declarações

Casa tenta garantir depoimento; Jobim nega

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, negou o pedido do Senado para tornar sem efeito a liminar que impediu a audiência do caseiro Francenildo Santos Costa na CPI dos Bingos. O advogado-geral do Senado, Alberto Cascais,

apresentou ontem o pedido de suspensão de segurança por solicitação do presidente da comissão, Efraim Morais, com apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros. O depoimento de Nildo à CPI dos Bingos foi suspenso na semana passada por deter-

minação da Justiça depois que o caseiro confirmou que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, frequentara uma mansão no Lago Sul, em Brasília, alugada por ex-assessores de Palocci. O ministro nega ter ido à casa.
Página 6



Efraim Morais, presidente da CPI dos Bingos, quer ouvir depoimento de Nildo

Bancadas e comissões da Câmara e do Senado, cujas emendas sofreram corte de 12,5%, tentam reverter situação

Comissão examina destaques à proposta orçamentária

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, às 10h30, para votar os destaques à proposta orçamentária da União para 2006. Quase 3 mil proposições foram apresentadas pelos parlamentares da comissão, com o objetivo de restaurar emendas rejeitadas ou apenas parcialmente incorporadas ao texto principal aprovado na semana passada.

O que está em questão nessa fase de tramitação da matéria é onde serão empregados cerca de R\$ 100 milhões ainda sem destinação no texto básico do relator-geral, deputado Carlito Merss (PT-SC). As bancadas e comissões da Câmara e do Senado tentam até a última hora aumentar investimentos nos estados e em áreas setoriais que representam. Assim, por rotina, os parlamentares “destacam” as emendas, normalmente atendidas com valores bem distantes do pedido original.

Para as bancadas estaduais, a intenção é resgatar ao menos a parcela referente ao corte de 12,5% aplicado sobre os valores previamente anunciados para suas emendas. O corte, que também ceifou as emendas de comissão, resultou de acordo entre lideranças – em negociações que atrasaram por mais de um mês a votação do texto-base – para assegurar mais R\$ 900 milhões com o objetivo de compensar os estados exportado-

res pelas perdas provenientes das isenções tributárias determinadas pela Lei Kandir.

Reação

No entanto, bancadas de estados não-exportadores, normalmente mais pobres, ainda questionam esse acordo. Isso porque tiveram suas emendas também reduzidas, mesmo sem ganhos nas compensações da Lei Kandir. Trabalha-se com a hipótese de que Merss utilize a maior parte dos recursos de que ainda dispõe para serenar o ânimo dessas bancadas. Dos recursos que o relator ainda deve redistribuir, R\$ 74 milhões são oriundos justamente de uma sobra do corte de 12,5% nas emendas de bancadas e de comissões.

A superação desse impasse, contudo, talvez ainda seja insuficiente para agilizar a votação da proposta orçamentária, que já conta com mais de 90 dias de atraso. Líderes da situação afirmam que o governo quer pressa na votação da matéria – que depois da CMO ainda precisa ser apreciada em sessão conjunta do Congresso. Mas a oposição rejeita a idéia de que a liberação dos recursos para os estados, ao longo do ano, fique condicionada à aprovação de lei que institui um fundo para as compensações. Até então, os repasses vêm sendo negociados a cada lei orçamentária, em meio a grande polêmica.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Oito projetos paralisam trabalhos do Plenário

A pauta da sessão de hoje, que começa às 14h, está trancada por oito propostas, entre medidas provisórias (MPs) e projetos originados de alterações às MPs feitas pela Câmara (PLVs). A maioria das propostas libera

verbas do Orçamento para ministérios e outros órgãos da administração pública. Há ainda a que cria cargos nas agências reguladoras (PLV 2/06) e a que compensa perdas de arrecadação dos estados (MP 271/05).

Marta Suplicy presta esclarecimentos à CAE

Às 9h30, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promove audiência com a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy. Ela fala sobre medida que beneficiou as contas da prefeitura ao excluir créditos do programa

Reluz dos limites de endividamento previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Também está marcada a cerimônia de inclusão da foto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) no rol dos presidentes da CAE.



Ações para diminuir o preconceito racial

A adoção de ações afirmativas como forma de diminuir o preconceito racial é tema da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), às 10h. Entre as iniciativas, o estabelecimento de

cotas para negros em universidades públicas. Participam do encontro a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, e o reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland.

Conselho de Ética investiga denúncia e CPI define agenda

Às 11h, a CPI dos Bingos vota requerimentos. Às 10h, o Conselho de Ética analisa denúncia contra o senador Geraldo Mesquita Júnior

(PMDB-AC), acusado, em gravação telefônica, de cobrar 40% do salário de um funcionário para si. Serão ouvidas a senadora Heloísa

Helena (PSOL-AL), autora da representação, e a secretária do senador, Maria das Dores Siqueira da Silva, que participa da gravação.

Uso racional de água

Às 11h, a Comissão de Educação (CE) analisa projeto que normatiza a criação de escolas técnicas e agrotécnicas federais. Também está em pauta proposta (PLS 176/05) que prevê a disseminação de advertências sobre a escassez de água potável e métodos de redução do consumo, numa estratégia para conscientizar a população sobre a necessidade do uso racional de água.



Dívida rural e Orçamento

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) tem encontro marcado às 11h30. Em pauta, várias propostas que tratam da repactuação de dívidas contraídas por agricultores em operações de crédito rural e que definem regras para a concessão de benefícios aos agricultores. Às 10h30, a Comissão de Orçamento analisa destaques à proposta de 2006.

Salário mínimo

A partir das 14h30, a Comissão Mista do Salário Mínimo ouve o conselheiro José de Arimatéia Rodrigues, do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). A comissão tem ouvido especialistas e representantes dos trabalhadores e dos empregadores na tentativa de propor uma política permanente de reajuste do salário mínimo.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Papaléo Paes, Alvaro Dias, Mão Santa, Romeu Tuma e Rodolpho Tourinho e pela senadora Serys Shlessarenko



A Comissão de Educação se reúne hoje, a partir das 11h, com dez projetos na pauta

Embalagens podem divulgar alerta sobre riscos de escassez de água

Dez projetos de lei do Senado estão na pauta da Comissão de Educação (CE), que se reúne hoje, a partir das 11h. Entre as matérias está a proposta do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que determina que as embalagens e as propagandas de produtos e equipamentos de limpeza contenham advertências a respeito da necessidade de uso moderado de água, por conta dos riscos de escassez que o mundo enfrenta.

Pelo projeto (PLS 176/05), os avisos deverão ser exibidos em dimensão e localização que permitam a fácil identificação e leitura, para incentivar a população a fazer uso racional de água doce. Na justificativa da proposta, Crivella argumenta que o Brasil concentra cerca de 12% das reservas mundiais de água doce, distribuídas de forma irregular em seu território, uma vez que as grandes reservas não coincidem com as grandes concentrações populacionais: a Amazônia, por

exemplo, de pequena população, possui 68% dessas reservas, enquanto a região Sudeste, com expressivo número de habitantes, dispõe de apenas 6% do total.

Na mesma reunião, será examinado o PLS 187/05, do senador Marco Maciel (PFL-PE), que institui 2008 como o Ano Machado de Assis, em homenagem ao centenário de falecimento do escritor, ocorrido no dia 29 de setembro de 1908, no Rio de Janeiro.

Em parecer favorável à aprovação do projeto, Demostenes Torres (PFL-GO) afirma que dedicar um ano a Machado de Assis contribuirá para a preservação e popularização da obra desse que foi “o maior tradutor de cenas e acontecimentos” do país.

– Como todo grande artista, Machado manteve equidistância dos rótulos, fazendo da palavra a medida de seu aprendizado – disse.

A reunião da CE ocorrerá na sala 15 da Ala Alexandre Costa.

Comissão vota reconhecimento das atribuições de comitê contra tortura

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se na quinta-feira para votar mensagem do Executivo solicitando que o Brasil faça declaração de reconhecimento da competência do Comitê contra a Tortura para analisar denúncias de violações dos dispositivos da convenção das Nações Unidas contra a tortura e outros tratamentos desumanos, assinada em Nova York, em 1984.

O pedido para o Brasil fazer a declaração que reconhece a competência do comitê foi aprovada pela Câmara, mediante projeto de decreto legislativo (32/06) que agora será votado pelo Senado. Na exposição de motivos enviada pelo Ministério das Relações Exteriores, o governo lembra que essa declaração reforça o compromisso que o país vem assumindo com a defesa e a promoção dos

direitos humanos.

De acordo com o relator da matéria, senador José Jorge (PFL-PE), esse ato internacional é de particular interesse para o Brasil e permite ao Comitê contra a Tortura examinar pleitos provenientes diretamente de pessoas lesadas em seus direitos e garantias fundamentais.

Também na quinta-feira a CRE examina projeto de decreto legislativo (28/06) que aprova textos de uma convenção e de recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Segurança e Saúde nas Minas, adotadas em Genebra, em 1995. O projeto prevê que os empregadores nessa área devem analisar os riscos e mitigá-los, a fim de que os trabalhadores possam realizar suas tarefas sem colocar em risco a segurança e a saúde.

Texto prevê redução de juros e concessão de descontos a produtores que perderam a safra por fenômenos climáticos, em municípios declarados em situação de emergência

Proposta de renegociação de dívidas rurais em exame na CRA

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) se reúne hoje para examinar, entre outros, projeto do senador Efraim Morais (PFL-PB) que autoriza a renegociação de dívidas de pequenos agricultores com o crédito rural, nos casos de frustração de safra por fenômenos climáticos em municípios que foram declarados em situação de emergência ou de calamidade pública.

O projeto (PLS 259/04) prevê descontos (rebates) e redução de juros, medidas que Efraim considera necessárias por reconhecer que problemas como a seca no Sul e o excesso de chuvas no Centro-Oeste causaram enormes perdas ao pequeno agricultor brasileiro. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, já mandou informações para a comissão sobre o impacto fiscal da proposição.

Na mesma reunião, a CRA deve



Autor do projeto, Efraim propõe benefício a agricultores afetados por seca e chuvas

examinar o projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que prevê o arrendamento compulsório, em favor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de área do imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social (PLS 52/05). De acordo com a proposta, o proprietário de terra seria obrigado a

arrendar área não superior a 20% de sua propriedade e receberia da União aluguel por isso.

A terceira proposição em pauta na comissão é o projeto da Câmara (PLC 6/03) que altera as normas sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas. A ideia é dotar o sistema cooperativista de administração moderna, de forma a permitir uma atuação com redução de custos e transparência.

Também será votado projeto de Heloísa Helena (PSOL-AL), destinado a retificar distorções na correção dos cálculos dos financiamentos rurais passados, decorrentes em boa parte de planos econômicos do governo (PLS 231/03). A ideia da senadora é autorizar o recálculo de todas as dívidas, de até R\$ 200 mil, no âmbito do crédito rural, contraídas até 31 de dezembro de 2002.

Controle de concessionárias de ferrovias em debate

A alienação do controle das concessionárias ferroviárias Ferrovias Bandeirantes (Ferroban), Ferrovias Norte Brasil (Ferro-norte) e Novoeste para a iniciativa privada será debatida hoje em audiência na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). A alienação está marcada para amanhã.

A audiência foi solicitada por Delcídio Amaral (PT-MS), que sugeriu as presenças dos presidentes da Brasil Ferrovias, Elias David Nigri, e do conselho de administração da empresa, Guilherme Narciso de Lacerda;

além do diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), José Alexandre Nogueira Resende.

Delcídio explicou que “essas três concessionárias públicas juntas atingem mais de 50% do produto interno bruto (PIB) brasileiro”, justificando a importância estratégica dessa alienação. Na avaliação do senador, um passo mal dado agora pode significar a estagnação ou o retrocesso econômico e social de toda uma região por anos e até décadas.

O parlamentar cita o exemplo da privatização da Novoeste,

realizada em 1996 que, por ter sido mal dimensionada, causou prejuízo a regiões produtoras de Mato Grosso do Sul. A ferrovia, explicou, que transportava mais de 7 milhões de toneladas de carga na década de 90, transportou apenas 3,5 milhões de toneladas no ano passado.

– Agora, com essa nova alienação, devemos ficar atentos para que o modelo adotado na venda, assim como seus possíveis adquirentes, estejam em sintonia com a importância estratégica da atividade dessas empresas – conclui Delcídio.

Audiência discute medidas contra a discriminação racial

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará audiência hoje para tratar do Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial e de ações afirmativas voltadas às questões raciais. Por proposta do vice-presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), a secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial,



Paim quer debater ações afirmativas voltadas às questões raciais no Brasil

Matilde Ribeiro, deverá participar dos debates ao lado de outros convidados.

Matilde falará sobre a estratégia do governo para aumentar oportunidades de emprego

da população negra. O reitor da Universidade de Brasília (UnB), Thimoty Mulholland, vai abordar a política de cotas para negros e indígenas nas universidades. A política de reserva de cotas para negros e índios é defendida também pelo presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que já foi reitor da UnB.

Participam ainda das discussões Renato Ferreira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); o presidente da Fundação Palmares, Ubiratan Castro; e o frei David Santos, presidente da ONG Educafro.

Senadores pedem apuração da quebra de sigilo do caseiro

Diversos senadores manifestaram-se ontem com indignação a respeito do vazamento de informações de extratos bancários do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, que fez acusações contra o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Extratos da conta de Nildo na Caixa Econômica Federal publicados na

edição desta semana da revista *Época* mostram que, desde o início do ano, ele teria recebido depósitos de R\$ 38.860.

Como não há inquérito contra Nildo, nem ordem judicial para quebrar seu sigilo, as informações continuam protegidas por lei. A oposição acusa o governo de estar por trás do vazamento, a fim

de sugerir que o caseiro foi pago para fazer as acusações. Os governistas respondem que também repudiam a quebra ilegal de sigilo, e cobram coerência da oposição, que não teria feito as mesmas críticas quando foram divulgados trechos dos depoimentos sigilosos de Rogério Buratti e do presidiário Toninho da Barcelona.

Alvaro Dias



Divulgação de extratos afronta a Constituição

Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou o vazamento de informações acerca do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, que acusa o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de ter frequentado a mansão em Brasília chamada de “república de Ribeirão Preto”. O senador disse que o Congresso deve tomar providências contra o que chamou de “afronta à Constituição federal”. Alvaro Dias ressaltou que a exposição da privacidade do caseiro é “resultante de um comportamento fascista, reacionário e covarde”.

O senador afirmou que o vazamento das informações foi uma tentativa frustrada de desqualificar o depoimento de Nildo à CPI dos Bingos. Na opinião de Alvaro, o Congresso deve exigir providências contra quem “quebrou ilegalmente o sigilo bancário de um trabalhador simples”.

– O governo quer de qualquer maneira esconder os fatos e blindar o ministro Palocci para sustentá-lo no cargo – atacou o senador.

Alvaro Dias afirmou ainda que a Caixa Econômica Federal tem responsabilidade sobre o acontecimento. O senador sugeriu que os responsáveis pelo vazamento das informações bancárias sejam acionados judicialmente pelo crime.

Antonio Carlos



Estratégia contra investigações deve ser temida

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse temer uma estratégia montada no Palácio do Planalto para impedir em diversos foros a investigação de suspeitas de corrupção de integrantes do governo e do PT. Ele citou como exemplo a liminar obtida no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo senador Tião Viana (PT-AC) que impede o caseiro Francenildo Santos Costa de depor perante a CPI dos Bingos.

O senador diz ter dúvidas sobre se a comissão conseguirá interrogar os prefeitos do PT. É que, conforme o texto da liminar, Tião Viana pede que “sejam suspensas diligências que desbordem do fato objeto da CPI”.

– Se o senador Tião Viana, que é um homem sério, está pedindo isso, o que não pedirão os ladrões? – indagou Antonio Carlos.

Tião Viana pediu a palavra e respondeu que “está com sua consciência tranquila”, pois teria agido em defesa da Constituição e das leis, uma vez que a CPI estava tratando de assuntos fora do objeto de investigação: as casas de bingos.

ACM observou ainda que gostaria de ver preservada a isenção do Tribunal de Contas da União na apuração de contratos do setor público, como os da Petróbras com a GDK.

Antero de Barros



“Acabou a vida privada, pois PT vasculha tudo”

Segundo o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), “acabou a vida privada no Brasil”, pois o PT aparelhou o Estado “e agora vasculha tudo o que for do seu interesse”. Ele considerou a quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa como “um dos grandes escândalos do governo petista”.

Antero criticou pesadamente o ministro da Justiça por identificar “apenas o crime de vazamento” de informação sigilosa para a imprensa, quando “na verdade o crime foi invadir o sigilo bancário do caseiro com fins políticos”.

– O que o governo do PT fez foi uma violência contra a democracia brasileira. Para isso, jogou pelo ralo a Caixa Econômica Federal, uma instituição séria que foi aparelhada pelo PT – acusou.

Para o senador, a quebra do sigilo bancário pode levar o Brasil a ser denunciado nas cortes internacionais por não respeitar os direitos individuais previstos na Constituição.

– Se esse governo tivesse qualquer resquício ético, Antonio Palocci não seria mais ministro. Fizeram uma violência desse tamanho para tentar proteger Palocci, mas de nada valeu. Piorou a situação do ministro – opinou.

Ideli Salvatti



Repúdio ao vazamento de informações

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) criticou o vazamento dos extratos bancários do caseiro Francenildo Santos Costa, mas cobrou coerência dos parlamentares, pedindo que todos fiquem indignados quando a divulgação de informações sigilosas atingir pessoas ligadas ao governo.

– Todo vazamento e quebra ilegal de sigilo deve ser combatido. Infelizmente, há dois pesos e duas medidas: quando os atingidos são pessoas do governo, parece não haver problema – declarou.

Ideli lembrou que, quando foram divulgados trechos dos depoimentos sigilosos de Rogério Buratti e do presidiário Toninho da Barcelona, “não houve reclamações contra esses vazamentos”.

A senadora destacou trecho da liminar concedida na semana passada pelo ministro do STF Cezar Peluso suspendendo o depoimento do caseiro. O texto da liminar diz que a CPI dos Bingos não pode apurar denúncias que não tenham relação com a investigação das casas de jogos. Para Ideli, se qualquer notícia sobre corrupção se tornar alvo da CPI, a comissão estará afrontando a Constituição e poderá ser comparada aos órgãos investigativos da ditadura militar.

Heráclito Fortes



Apoio a Nildo e sua família foi apenas moral

Heráclito Fortes (PFL-PI) manifestou seu repúdio à “informação inverídica”, na sua opinião “plantada por autoridades governamentais”, de que ele e o senador Mão Santa (PMDB-PI) estariam apoiando em Brasília o caseiro Francenildo Santos Costa.

Segundo Heráclito, a informação sobre o seu envolvimento no episódio do caseiro teria sido dada pela mãe de Francenildo, em entrevista a uma emissora de televisão de Teresina.

– Houve informação truncada do governo de que eu seria protetor de Nildo e sua família. O único apoio que dei foi moral, na tribuna e na comissão – esclareceu, dizendo que, como senador, deveria ter-se oferecido para proteger o caseiro e sua família.

Ele explicou que não o fez por ter sabido pela imprensa que a Polícia Federal lhe daria proteção, e por só ter tomado conhecimento de que Nildo era seu conterrâneo na CPI dos Bingos. Heráclito disse também que não se sente intimidado e propôs ao senador Romeu Tuma (PFL-SP) – que presidia a Mesa e é corregedor do Senado – a abertura de seus sigilos bancário, telefônico e “de pensamento” para ver se descobrem alguma relação sua com o caseiro.

César Borges



“Palocci mentiu sobre idas à mansão”

A defesa do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, pelo integrantes da banca do governo na CPI dos Bingos acabou – na opinião do senador César Borges (PFL-BA) –, provando que o ministro “cometeu perjúrio”.

O ministro afirmou à CPI que não havia frequentado uma mansão em Brasília alugada por ex-assessores, e que poderia ser utilizada para repartição de recursos ilegais, ao contrário do que disse o caseiro Francenildo Santos Costa. Na avaliação do senador, o PT não quer que as investigações avancem, o que, acrescentou, só faz aumentar as suspeitas sobre Palocci.

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), reagiu dizendo ter apenas se posicionado contra a probabilidade de o caseiro tratar de assuntos pessoais e íntimos da vida de Palocci.

– Não coloque palavras na minha boca – protestou Ideli Salvatti.

César Borges observou que o próprio ministro Palocci está fazendo crescer as suspeitas em torno de seu comportamento por não mais aparecer em público e não mais despachar no ministério, temendo o assédio da imprensa.

– Como manter no cargo um ministro sob suspeição? – indagou o senador.

Roosevelt Pinheiro



Saturnino aponta vocação por criar escândalos e fragilizar o governo

Para Saturnino, oposição lembra “a velha UDN”

Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou que os adjetivos e as frases utilizadas nos últimos dias pela oposição lembram “a velha vocação udenista de criar escândalos” para enfraquecer os governos. Para ele, expressões como “governo podre” e “governo bolchevique” sempre foram usadas “pelos liberais, que serviram ao mercado, às privatizações”.

Saturnino disse que as políticas liberais dos últimos anos provocaram fatos como os relatados pelo documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*, exibido no domingo pelo *Fantástico*, da TV Globo, que mostrou crianças atuando na venda de drogas.

– Estamos vendo a velha vocação de se criar escândalos para que não se discuta o programa Bolsa-Família, a recuperação substancial do salário mínimo, a agricultura familiar. Enquanto as urgências do povo ficam esperando, há um bombardeio de acusações – lamentou o senador.

Em aparte, Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que a série *JK*, da TV Globo, mostra como Juscelino também foi atacado por seus adversários, que falavam em “mar de lama” e “corrupção generalizada”.

Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), Saturnino exalta os resultados do governo e critica a política econômica.

– A política econômica como um todo é diferente, apesar das políticas fiscal e monetária iguais às dos governos passados – respondeu Saturnino.

Ele disse que o governo passado pretendia até mesmo privatizar o BNDES e a Caixa Econômica Federal.

Em reação a requerimento do senador pelo Acre, Antero apresenta pedido de quebra do sigilo bancário de amigo e de filho do presidente Lula. Para Ideli, a atitude do senador tucano foi “afrontosa”

Viana pede quebra de sigilo de Nildo. Oposição quer abrir conta de Okamoto

Tião Viana (PT-AC) apresentou ontem à Mesa do Senado requerimento no qual solicita que o Banco Central forneça ao Senado a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo. O pedido gerou forte reação de senadores oposicionistas: Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu a quebra do sigilo bancário do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) requereu quebra do sigilo de Fábio Luiz Lula da Silva. Okamoto é amigo pessoal de Lula e Fábio é filho do presidente.

– Há acusações fortíssimas contra a honra e a dignidade de Palocci.



“Temos de averiguar credibilidade do caseiro”, justifica Tião Viana

Temos de averiguar a credibilidade do caseiro – disse Viana, antes de negar ter conhecimento de como informações sigilosas sobre Francenildo vazaram para a imprensa.

A revista *Época* publicou que o caseiro teria recebido mais de R\$ 25 mil em depósitos em uma

conta na Caixa Econômica Federal, o que fez representantes da base do governo levantarem a hipótese de que Nildo estaria sendo manipulado para atacar o ministro da Fazenda. O senador foi apoiado em seu requerimento pelos colegas petistas Serys Slhessarenko (MT), Ideli Salvatti (SC) e Roberto Saturnino (RJ).

Logo depois que Tião Viana apresentou o requerimento, Antonio Carlos enviou solicitação à Mesa para quebra do sigilo bancário de Okamoto, desde o início de 2001, sendo apoiado por Arthur Virgílio (PSDB-AM).

– Não me oponho à quebra do sigilo de Francenildo. Mas vamos também

abrir a caixa-preta do senhor Okamoto – avisou Arthur Virgílio.

Minutos depois, Antero apresentou requerimento pedindo a quebra do sigilo bancário, dos últimos cinco anos, de Fábio Luiz Lula da Silva.

Para a líder do PT, Ideli Salvatti (PT-SC), foi um “procedimento afrontoso” e uma “represália a Tião Viana” o pedido contra o filho do presidente Lula.

Alvaro Dias (PSDB-PR), logo depois, lamentou que o sigilo do caseiro “já esteja quebrado”. O senador defendeu a punição criminal dos responsáveis pelo vazamento das informações bancárias de Nildo à imprensa.

Agripino ressalta que Francenildo não é acusado de nada

José Agripino (PFL-RN) disse estar “pasmado” com o requerimento apresentado pelo senador Tião Viana pedindo a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. A seu ver, a solicitação do petista é criminosa, uma vez que o caseiro não é acusado de nada, apenas trouxe uma denúncia para a CPI dos Bingos.

– A imprensa nesse fim-de-semana mostrou um crime, ao expor a conta bancária dele [Francenildo] sem amparo legal, expôs sua

vida pessoal para colocar em dúvida seu depoimento – assinalou.

José Agripino disse que, antes de requerer a quebra de sigilo bancário de Francenildo, é necessário primeiro desvendar como houve a divulgação do extrato da conta dele na Caixa Econômica Federal. Em seu entendimento, apenas após esse procedimento e no âmbito da CPI dos Bingos, poderia se justificar o pedido de quebra de sigilo do caseiro.

– Vamos trabalhar com a lógica. Não vamos subverter a ordem. Quem divulgou seu sigilo bancário? Em que circunstâncias? A Caixa Econômica? O Banco Central? O governo? O que a Polícia Federal tem a dizer sobre isso? Não vamos transformar denunciante em criminoso. Essa não! O meu partido vai se mover – sustentou.

Em aparte, o senador César Borges (PFL-BA) disse ter lido na imprensa que os extratos da conta de Fran-



Vazamento de dados bancários do caseiro é criminoso, diz Agripino

cenildo teriam circulado no Ministério da Fazenda entre os assessores do ministro Antonio Palocci.

“Oportunidade de abrir conta de Okamoto”

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio, (AM) anunciou ontem em Plenário sua disposição de apoiar a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa – solicitada por líderes do governo – em troca da abertura dos sigilos bancário e fiscal do presidente



Virgílio destaca interesse nos dados do presidente do Sebrae

do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto.

Referindo-se a uma discordância manifestada

pelo líder do PFL, José Agripino, e pelo senador Alvaro Dias (RN) quanto à necessidade de quebra do sigilo de Francenildo, Virgílio lembrou que o acesso aos dados bancários de Okamoto seria de maior interesse para a oposição.

– Não há por que não se quebrar oficialmente um sigilo que já o foi ilegalmente. Pela primeira vez temos a possibilidade de ver Okamoto exposto ao perigo real de ter suas con-

tas quebradas – disse.

O senador pelo Amazonas informou ainda que seu partido deverá entrar com representação junto ao Ministério Público pedindo a abertura de investigações no episódio da quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro.

Em apartes, os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Mão Santa (PMDB-PI) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apoiaram o discurso de Arthur Virgílio.



“Cercar a liberdade do partido é obsceno”, afirma Mão Santa

Mão Santa defende as prévias do PMDB

Ao voltar a defender uma candidatura própria do PMDB à Presidência da República nas eleições deste ano, o senador Mão Santa (PMDB-PI) enalteceu os dois pré-candidatos do partido: o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho e o governador licenciado do Rio Grande do Sul Germano Rigotto. Ele lamentou a suspensão – por liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ) – das prévias do partido, marcadas para o último domingo, que acabaram se transformando em uma consulta informal.

– Cercar essa liberdade é obsceno, nem a ditadura impediu o PMDB de ter um candidato. Lula e o Partido dos Trabalhadores querem que o PMDB se case com eles. Nós não queremos, repudiamos Lula e sua corrupção. Garotinho e Rigotto são dois heróis, dois homens extraordinários – ressaltou Mão Santa, fazendo uma retrospectiva da história do partido. O senador pelo Piauí considerou o PMDB o responsável pela democracia no país.

– O PMDB quer continuar com o cumprimento do sonho de Ulysses: “Ouça a voz rouca das ruas”. Quem está na rua é o povo. Ele nasceu com esse compromisso com o povo, para defender a democracia, que é do povo. E, na riqueza da democracia, queremos levar ao povo o direito de ter uma opção – afirmou o parlamentar.

As liminares em torno das prévias do PMDB são fruto de uma luta judicial entre as alas governista e oposicionista do partido.

Roosevelt Pinheiro

Relação suspeita entre fundos e Citibank

Heráclito Fortes (PFL-PI) leu, da tribuna, trechos de artigo do deputado governista Paulo Delgado (PT-MG), publicado ontem pelo jornal *Correio Braziliense*, em que o parlamentar denuncia irregularidades envolvendo o Citibank e fundos de pensão. O senador considerou gravíssima a “relação promíscua” ali retratada.

O deputado petista adverte, disse Heráclito, para a realização de contratos “tortuosos, cheios de truques e falsamente complexos” entre o Citibank e os fundos de pensão. Para fundamentar esse alerta, Delgado cita, por exemplo, matéria de jornal especializado em economia onde o banco norte-americano é acusado de obrigar os fundos de pensão a comprarem suas ações com ágio correspondente a 240% do valor de mercado.

Apesar de lamentar “a falta de capacidade de indignação do país” diante do episódio, Heráclito acredita que o artigo deverá obrigar o governo Lula “a dar muitas explicações”.

Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o Brasil não só está anestesiado, como sofre de amnésia. Arthur Virgílio (PSDB-AM) sustentou que “essa denúncia merece ser examinada por todo aquele que se pretende administrador sério desse país”.

Homenagem a religioso baiano

O monsenhor Gaspar Sadoc da Natividade, que completou 90 anos, foi homenageado ontem pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, César Borges e Rodolpho Tourinho – todos do PFL baiano. ACM lembrou que Gaspar Sadoc nasceu na cidade de Santo Amaro da Purificação (BA) e que, atualmente, é vigário-geral da Arquidiocese de Salvador. O senador Paulo Octávio (PFL-DF) também homenageou o monsenhor.

Solicitado pela CPI dos Bingos e com apoio de Renan Calheiros, recurso da Advocacia Geral do Senado ao Supremo Tribunal Federal é negado pelo ministro Nelson Jobim

Supremo mantém suspensão do depoimento do caseiro Francenildo

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, decidiu manter, no início da noite de ontem, a suspensão do depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos. No início do dia, a Advocacia Geral do Senado Federal havia enviado ao STF pedido de suspensão para tornar sem efeito a liminar que impediu a continuidade do depoimento do caseiro na semana passada. Jobim afirmou que a suspensão de segurança é medida excepcional de contra-cautela “com vistas a salvaguardar contra risco de grave lesão a interesses públicos privilegiados”, não sendo o caso dos autos.

O recurso ao STF, apresentado pelo advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, havia sido solicitado pelo presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), com o apoio do presidente da Casa, Renan



Advogado-geral do Senado, Cascais menciona no pedido a integridade dos trabalhos da CPI

Calheiros. A liminar que suspendeu o depoimento de Nildo à comissão tinha sido concedida pelo ministro do STF, Cezar Peluso, em resposta a mandado de segurança impetrado por Tião Viana

(PT-AC). O senador argumentou que a CPI estaria investigando episódios sem correlação com o fato determinado que justificou a sua criação, referindo-se às denúncias que vinculam o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, com a chamada “república de Ribeirão Preto”.

No pedido de suspensão de segurança, a CPI dos Bingos sustentou que a decisão do ministro Peluso não foi devidamente fundamentada e, ainda, que causava impedimento do exercício de atividade parlamentar e afetava a integridade dos trabalhos.

O advogado-geral adjunto do Senado, Shalom Granada, disse à Agência Senado, ontem à noite, que alternativas serão analisadas pela Casa para resolver o impasse jurídico. Entretanto, Shalom considera improvável que novas iniciativas de recursos tenham sucesso, em virtude de o STF normalmente não acatar recurso contra decisão concessiva de mandado de segurança.

Alvaro Dias: PF deve investigar caso da mansão em Brasília

Alvaro Dias (PSDB-PR) quer que a Polícia Federal (PF) investigue o episódio da mansão em Brasília onde ex-assessores do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, se reuniam para distribuir dinheiro supostamente obtido com tráfico de influência e para realizar festas com garotas de programa. O senador apresentou ontem três requerimentos à CPI dos Bingos solicitando mais investigações sobre o caso.

Em um dos requerimentos, Alvaro Dias pede abertura de inquérito, pela

parte da Polícia Federal, para averiguar as denúncias do caseiro Francenildo Santos Costa, que trabalhava na mansão e acusa Palocci de ter frequentado os encontros ali realizados. De acordo com o senador, a PF só não teria instaurado ainda o inquérito porque a CPI não solicitou.

O parlamentar também apresentou requerimento para que a Polícia Federal apure o vazamento de informações bancárias de Francenildo. Um extrato bancário do caseiro, divulgado pela imprensa, mostra que ele teria rece-

bido depósitos nos últimos três meses que totalizam R\$ 38 mil, o que gerou suspeitas de que suas denúncias tivessem sido “compradas”.

– O vazamento é uma violência à Constituição federal, uma afronta aos direitos do cidadão – observou o senador.

Outro requerimento de Alvaro Dias pede a convocação de Carlos Magalhães, corretor que intermediou o aluguel da mansão. Ele também teria afirmado que vira o ministro Antonio Palocci na casa.

Adiada leitura do relatório final da CPI dos Correios

A leitura do relatório final da CPI dos Correios, programada para hoje, foi adiada, a pedido do presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS). Ele afirmou que alguns detalhes só foram concluídos ontem, como as prestações de contas dos sub-relatores, que, de acordo com o parlamentar, já estão de posse do relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

– Seguramos para olhar as coisas com mais tranquilidade, sem atropelo. Alguns dias a mais não vão afetar o nosso resultado – observou Delcídio.

Além disso, o presidente da CPI informou que foi finalizado ontem o cruzamento de dados com nomes de assessores de parlamentares, que vinha sendo realizado pelo *software* I2, com o objetivo de encontrar novos beneficiários do esquema do valerioduto. Delcídio não adiantou se a comissão descobriu novos destinatários das contas do empresário Marcos Valério de Souza.

O assunto será abordado hoje, em reunião interna, em que também será discutida a nova data da leitura do relatório final, que deve ocorrer nos próximos dias. O prazo para o término



Funcionamento da comissão não irá ultrapassar data limite de 10 de abril, garante Delcídio

dos trabalhos da CPI dos Correios é 10 de abril. Delcídio Amaral garantiu que não existe a menor possibilidade de esse limite ser ultrapassado.



Rosewell Pinheiro

Tourinho observa que, “enquanto todos os outros bancos do país ganham dinheiro, esse perde”

Tourinho: Banco Popular do Brasil pode quebrar

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) disse, em discurso feito ontem, que o Banco Popular do Brasil pode quebrar em seis meses. Ao fazer a afirmação, o senador observou que, “enquanto todos os outros bancos do país ganham dinheiro, esse perde”. O parlamentar informou que, de acordo com os dados do balanço divulgados pela própria instituição, o patrimônio líquido caiu de R\$ 90,96 milhões, em dezembro de 2004, para cerca de R\$ 28,85 milhões, em dezembro de 2005.

– A continuar como está, o banco quebrará em seis meses caso não seja injetado mais capital – frisou Tourinho, acrescentando que quase metade da carteira do Banco Popular do Brasil é composta por operações vencidas, o que indica o alto grau de inadimplência enfrentado pela empresa.

Ele disse ainda que a instituição tem atuado “com a bancarização, ou seja, a inclusão bancária das populações mais carentes”, ressaltando que isso já é feito pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. Além do mais, destacou ele, “o Banco Popular do Brasil não tem atuado com o microcrédito orientado, e esse é o grande problema”.

– Se estivesse lidando com o microcrédito, a instituição ainda poderia ser defendida. Mas o que tem feito é comprar carteiras de outros bancos – afirmou Tourinho, lembrando que “foi por meio de operações desse tipo que outras instituições financeiras estatais beneficiaram o BMG e o Banco Rural”.



Osmar Dias cobra do governo definição sobre a origem dos recursos que financiarão o fundo

Osmar: Fundeb não pode onerar os municípios

Osmar Dias (PDT-PR) afirmou ontem que o governo precisa deixar claro de onde virão os recursos para financiar o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica). Apesar de reconhecer a importância da iniciativa, o parlamentar alertou para o fato de que, da forma como está apresentada a proposta que cria o programa (PEC 9/06), os municípios precisarão cobrir as necessidades do fundo.

– Uma análise da Confederação Nacional dos Municípios mostra que os municípios já investem muito mais do que a União nesse nível de ensino (R\$ 29 bilhões contra R\$ 15 bilhões). O que se pretende, com essa proposta, é colocar mais um ônus sobre eles – frisou.

O senador destacou que, ao não determinar a fonte dos recursos, a PEC, que tramita na Comissão de Justiça (CCJ), sob a relatoria de José Jorge (PFL-PE), fere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Osmar disse ainda que a proposta não explica quais critérios serão adotados para a definição dos pesos diferenciados para os alunos de cada etapa de ensino. De acordo com o senador, pelos preços propostos pelo Ministério da Fazenda, haverá uma transferência de recursos que gerará perda anual de R\$ 7 bilhões para os municípios.

– Nós queremos votar a PEC que cria o Fundeb, mas não podemos fazer isso colocando mais peso sobre os municípios ou penalizando o setor produtivo – ponderou.

Segundo a ministra do Meio Ambiente, o projeto que define as condições de acesso aos recursos genéticos está “praticamente finalizado” e poderá passar por consulta pública antes de ser enviado ao Congresso

Marina Silva quer acesso a recursos genéticos com partilha de benefícios

O projeto que definirá as condições de acesso aos recursos genéticos brasileiros está “praticamente finalizado”, segundo informou ontem a ministra do Meio Ambiente, senadora licenciada Marina Silva, após a abertura da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, em Curitiba. E o governo definirá em breve se abre consulta pública sobre a proposta ou se a envia diretamente ao Congresso Nacional.

– A maior parte das questões políticas está superada, e teremos uma lei em consonância com o regime internacional que preconizamos, que viabiliza o acesso com justa remuneração aos países detentores de recursos genéticos – adiantou Marina.

De acordo com a ministra, o Brasil está entre os países que “trabalham fortemente” para viabilizar leis que

possibilitem o acesso a recursos genéticos acompanhado da justa partilha dos benefícios, como estabelece a Convenção sobre Diversidade Biológica, aprovada durante a Conferência Rio-92. Até o momento, a questão vem sendo regulamentada por uma lei proveniente de medida provisória.

No discurso de abertura da conferência, Marina Silva disse que as leis nacionais, embora importantes, ainda seriam insuficientes para garantir o direito a uma justa recompensa por parte dos países detentores de recursos genéticos. Ela considerou “relevante e urgente” a elaboração de um regime internacional sobre o assunto.

Embora o governo brasileiro não espere uma definição final a respeito do novo regime ainda durante o evento de Curitiba, as autoridades que acompanham o início dos debates demonstram

satisfação com o rumo das negociações. Entendimentos preliminares indicam a possibilidade de se firmar um protocolo internacional específico para o acesso a recursos genéticos, a exemplo do Protocolo de Cartagena, que regulamenta a biossegurança.

– Estamos avançando em direção a um protocolo especial – disse o embaixador Antonio de Aguiar Patriota, subsecretário-geral político do Ministério das Relações Exteriores.

O secretário-executivo da Convenção de Diversidade Biológica, Ahmed Djoghlaif, elogiou a abertura do evento, que contou com mais de 4 mil participantes – contra 2 mil na última reunião dos países signatários em Kuala Lumpur, na Malásia. Ele anunciou que, na próxima semana, estarão presentes em Curitiba 93 ministros de diversos países.



Marina Silva (à mesa, ao microfone) fala aos participantes da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade, aberta ontem, em Curitiba

Ritual indígena de amor à Mãe Terra abre conferência em Curitiba

A 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica foi aberta por um ritual de representantes de diversos povos indígenas, de “bênção ao homem branco e amor à Mãe Terra”. Cantando e dançando, eles anunciaram que pretendiam “limpar mentes e corações” para abrir caminho ao sucesso do evento.

Presente à solenidade de abertura, o prefeito de Curitiba, Beto Richa, recomendou a todos os participantes uma ênfase especial, em cada país, na conscientização dos cidadãos em nível local, pela defesa da manutenção da biodiversidade.

Requião alerta para redução da biodiversidade e critica transgênicos

Água grande – esse é o significado, em guarani, da palavra Paraná, que dá o nome ao estado onde se realiza a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, segundo tradução apresentada pelo governador Roberto Requião ontem, na abertura do evento. Mas os estoques pesqueiros paranaenses estão praticamente extintos, advertiu o governador, em um forte pronunciamento em defesa do meio ambiente e contra os organismos geneticamente modificados.

Requião afirmou que, há menos de cem anos, boa parte dos 20 milhões de hectares que compõem o estado era ocupada por “magníficas amostras de

fauna e flora”. Atualmente, comparou, apenas 3% do Paraná é ocupado por florestas nativas. Entre as ações do governo estadual para reverter a situação, informou, estão o replantio de matas ciliares, o repovoamento de peixes nos rios e a criação de corredores ligando as áreas de conservação.

Requião anunciou que vai assinar nesta semana um ato que tornará o Paraná o primeiro estado brasileiro a exigir a clara rotulagem dos transgênicos. Ele considerou o anúncio da posição brasileira a favor da rotulagem, feito na semana passada, como uma vitória do Paraná e da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.



Benefícios para os agentes de controle de endemias foram defendidos por Papaléo

Papaléo cobra apoio para os mata-mosquitos

Papaléo Paes (PSDB-AP) dirigiu apelo à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), para que identifique os casos de doença ocupacional entre os mata-mosquitos. Esses funcionários, destacou, gozarão de estabilidade temporária, proporcionalmente variável em função das características e da gravidade de cada caso.

– Os agentes de controle de endemias, conhecidos como mata-mosquitos, são mais de 6 mil funcionários. Vários deles são oriundos da extinta Sucam e foram contratados em regime temporário, desde 1993, pela Funasa. Os contratos foram sendo prorrogados, até que, em junho de 1999, precipitou-se processo de demissão em massa – relatou.

Reparo

Papaléo esclareceu que esse equívoco foi corrigido por força de decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, que determinou a nulidade dos atos rescisórios. Entre os demitidos, disse, estavam “portadores de graves problemas de saúde”, provocados pela exposição às substâncias tóxicas que manipulavam e com as quais executam a sua missão de proteger a população.

O senador solicitou que sejam disponibilizados, com urgência, os recursos para pagamento dos vencimentos atrasados, que será feito por meio de precatório alimentício. Há casos de agentes mata-mosquitos cujas famílias se encontram em graves dificuldades, em virtude do longo período sem receberem salário.



Fotos: Rosevelt Pinheiro
Para Suassuna, envolvimento de crianças no tráfico é um problema educacional

Suassuna pede mais verbas para a educação básica

Dizendo-se chocado com as imagens e as declarações sobre o envolvimento de crianças no narcotráfico nos morros e favelas brasileiras, mostradas em documentário exibido no programa *Fantástico*, da TV Globo, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fez um apelo aos parlamentares para que sejam aumentadas as verbas destinadas à educação básica no Orçamento da União de 2006, que deve ser votado ainda nesta semana.

– As crianças estão jogadas nas valas do lixo, completamente desassistidas – lamentou, dizendo-se constrangido de ser parlamentar em um país com uma realidade como aquela mostrada no programa. A seu ver, o problema é consequência da deficiência do sistema educacional brasileiro.

De acordo com o líder do PMDB, dentre as necessidades básicas do ser humano, a educação se destaca como “uma alavanca” para a melhoria da qualidade de vida da população por afetar positivamente outras áreas prioritárias, como higiene, alimentação, saúde e habitação.

– Se é grande a necessidade de qualificar o gasto público, de obter os melhores resultados com os poucos recursos livres do Orçamento federal, a educação é o ponto ideal, o ponto em que se obtém melhor retorno para os investimentos – destacou o parlamentar, considerando o setor desassistido em termos de investimentos federais.

Suassuna afirmou que as verbas destinadas para educação nos estados, de 25%, não correspondem a investimentos reais, uma vez que são usadas para folha de pagamento de pessoal.

Em aparte, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) elogiou o tema do discurso, sugerindo que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promova audiência pública com os responsáveis pela produção do documentário *Falcão – Meninos do Tráfico* para ampliar o debate sobre o tema.

Senadora pede ação contundente que resgate a infância e a juventude das atividades ilícitas, das drogas, da exploração sexual e do trabalho humilhante e insalubre

Patrícia cobra medidas que tirem as crianças do tráfico de drogas

Ao comentar documentário sobre o envolvimento de crianças no tráfico de drogas em favelas brasileiras, exibido no domingo no programa *Fantástico*, da TV Globo, a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) fez um apelo veemente em Plenário para que os representantes do poder público – especialmente a classe política – adotem medidas urgentes para solucionar o problema.

– Cada minuto sem uma ação contundente de resgate da nossa infância e da nossa adolescência significa a morte de milhares de meninos e meninas. Significa perder essas crianças para o mundo das atividades ilícitas, para as drogas, para a exploração sexual e para o trabalho humilhante e insalubre – alertou.

Patrícia Saboya criticou o Con-



Patrícia adverte que recomendações da CPI da Exploração Sexual são ignoradas

gresso por não destinar um volume de recursos adequados para a implementação de políticas sociais que priorizem o combate à exploração de crianças e adolescentes. Ela ressaltou ainda que a situação no país pouco tem mudado, mesmo após a conclusão, em

junho de 2004, dos trabalhos de uma comissão parlamentar mista de inquérito sobre exploração sexual, da qual foi presidente.

– Fizemos recomendações severas e duras no relatório final da comissão. Mas nada foi feito de lá para cá – reclamou.

Em apartes, os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Mão Santa (PMDB-PI) e Ideli Salvatti (PT-SC) apoiaram o pronunciamento de Patrícia Saboya. Ideli, reconhecendo as dificuldades no combate ao crime organizado, destacou a implantação pelo governo Lula do programa Consórcio da Juventude em Santa Catarina. O programa destinou inicialmente, informou ela, R\$ 2,6 milhões para atividades de capacitação de 1.200 jovens carentes em situação de risco.



Serys: Fundeb é projeto mais importante da história do Brasil na área da educação

Serys defende aprovação do Orçamento

Serys Shlessarenko (PT-MT) defendeu a aprovação do Orçamento deste ano. Para ela, “o que está ocorrendo hoje é, sim, um enfrentamento eleitoral”.

– É legítimo que a oposição faça esse enfrentamento, mas não é legítimo impedir que Lula governe – declarou Serys.

A senadora cobrou ainda a aprovação de projetos como o do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que ela considera “o projeto mais importante da história do Brasil na área da educação”.

Barbárie contra jovens deixa Paulo Octávio indignado

O drama de crianças e adolescentes carentes cooptados pelo tráfico de drogas, retratado no documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*, exibido no programa *Fantástico*, da TV Globo, causou indignação no senador Paulo Octávio (PFL-DF). “É indigno silenciar diante de tamanha barbárie”, afirmou.

Ao comentar a produção, que tem o rapper MV Bill como um de seus autores, Paulo Octávio disse que ninguém pode dormir em paz quando uma criança de 12 anos declara, sem qualquer expressão no olhar e com uma metralhadora embaixo do braço, que, se morrer, vai descansar. Outro depoimento apontado pelo



Paulo Octávio se diz chocado com os depoimentos exibidos no *Fantástico*

senador como emocionante foi o de um jovem de 17 anos cujo sonho é ser palhaço e trabalhar em circo.

Paulo Octávio citou levanta-

mento de organizações não-governamentais que aponta o envolvimento de mais de 6 mil jovens com o tráfico de drogas. O senador associou essa realidade à falta de políticas públicas nas áreas de educação, cultura e lazer e defendeu o combate rigoroso do problema. Ele sugeriu à TV Senado que tente obter o direito de retransmitir o documentário.

Roberto Saturnino (PT-RJ) parabenizou Paulo Octávio, afirmando que o documentário chocou o país inteiro. Romeu Tuma (PFL-SP) disse que não conseguiu dormir sossegado depois do depoimento amargo de uma mãe cujo filho de três anos já sabe o que é maconha e cocaína.



Zambiasi parabeniza prefeito que irá representar o Rio Grande do Sul em evento

Zambiasi elogia administração de Tupandi

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) parabenizou o prefeito José Hilário Junges (PTB), de Tupandi, escolhido para representar o Rio Grande do Sul na etapa nacional do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor, organizado pelo Sebrae. A escolha se deve ao Fundo de Desenvolvimento Agropecuário de Tupandi (Fundat), projeto para a profissionalização dos pequenos produtores rurais.

– Com ações simples e estímulo às vocações locais, é possível promover o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população – afirmou o senador.

A etapa final do prêmio acontece em Brasília, em 25 de abril.

Novo regime de penas para crimes hediondos

Para evitar que os autores de crimes hediondos passem a ter os mesmos direitos dispensados aos criminosos comuns em relação à execução das penas, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) apresentou o Projeto de Lei do Senado 48/06. A proposta, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), pretende corrigir vício de constitucionalidade em um dos artigos da Lei de

Crimes Hediondos, apontado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em recente decisão.

A concessão desse benefício ao autor de crime hediondo, que Demostenes pretende evitar, tornou-se possível depois que o STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 8.072/90.

Demostenes propõe no projeto que o condenado por crime hediondo – homicídio quali-

ficado, estupro e atentado violento ao pudor, por exemplo – cumpra a pena, de início, necessariamente em regime fechado. No entanto, dá ao condenado a possibilidade de, por decisão do juiz, após cumprir pelo menos metade da pena, fazer a progressão para regime semi-aberto ou aberto, se for réu primário. O reincidente somente terá esse direito depois de dois terços da pena.